

# A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO DE 1820 NA HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA

 10.5935/2177-6644.20210003

THE LIBERAL REVOLUTION OF PORT OF  
1820 IN THE HISTORIOGRAPHY OF  
INDEPENDENCE

LA REVOLUCIÓN LIBERAL DEL PUERTO  
DE 1820 EN LA HISTORIOGRAFÍA DE LA  
INDEPENDENCIA

Lucas Gomes Carvalho Pinto \*

 <https://orcid.org/0000-0002-1356-5890>

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo investigar a forma como os principais autores da historiografia da Independência analisaram a Revolução Liberal do Porto. Esse movimento fora por muito tempo articulado como um capítulo antecedente da Independência brasileira gerando a necessidade de uma melhor compreensão de sua historiografia para o entendimento da permanência dessa interpretação.

**Palavras-chave:** Revolução do Porto. Historiografia. Independência

**Abstract:** This study aims to investigate how the main authors of the historiography of Independence analyzed the Liberal Revolution of Porto. This movement was for a long time articulated as an antecedent chapter of Brazilian independence, generating the need for a better understanding of its historiography in order to understand the permanence of this interpretation.

**Key-words:** Revolution of Porto. Historiography. Independence

**Resumen:** Este estudio tiene como objetivo investigar cómo los principales autores de la historiografía de la Independencia analizaron la Revolución Liberal en Porto. Este movimiento se articuló durante mucho tiempo como un capítulo antecedente de la independencia brasileña, generando la necesidad de una mejor comprensión de su historiografía para comprender la permanencia de esta interpretación.

**Palabras-clave:** Revolución en Porto. Historiografía. Independencia

\* Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO).  <http://lattes.cnpq.br/4319947497063411> - E-mail: [soulucasmendes@yahoo.com.br](mailto:soulucasmendes@yahoo.com.br)

## Introdução

Desde a eclosão da Revolução Liberal do Porto em 24 de agosto de 1820, as tentativas de explicação e de interpretação desse evento histórico reiteraram seu aspecto paradoxal. Este atributo é decorrente deste movimento ter encetado consequências políticas díspares nos dois países a ela diretamente relacionados: Portugal e Brasil. Assim em Portugal ela foi avaliada como um grande marco da história do liberalismo já que pôs fim, ainda que provisoriamente ao Antigo Regime, no Brasil entretanto, foi avaliada de forma contrária posto que a ação “recolonizadora” das Cortes lisboetas, parlamento instituído por este movimento, foi visto como uma atitude retrógada que precipitou o processo de Independência brasileira.

Foi estabelecido assim, uma forte ligação entre os dois eventos – Revolução Liberal do Porto e Independência – apreendidos a partir de uma relação de causa e efeito. Devido a isso, se em Portugal, a historiografia dedicada a Revolução do Porto a analisou sob o prisma do liberalismo, no Brasil, de um modo geral, este evento não recebeu uma abordagem específica, constituindo-se em capítulo da história da Independência (BERBEL, 1999, p. 20-21). A utilização da Revolução do Porto como um antecedente explicativo da Independência brasileira ocorreu desde os primeiros relatos deste evento realizados ainda no período de efervescência política do início do século XIX e assim ocorreu até meados da década de 1980.

A partir dos anos 1990, ocorreram os primeiros esforços historiográficos com o intuito de rearticular a Revolução Liberal de 1820 e a Independência. Entre as principais obras publicadas nesse período destaca-se os livros *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822* (1999)<sup>1</sup> de Márcia Berbel e *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política na época da Independência do Brasil, 1820-1822* (1992)<sup>2</sup> de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Estes trabalhos, representam um verdadeiro divisor de águas na historiografia do vintismo no Brasil já que entendiam que a questão da separação política entre os dois reinos constituintes da monarquia lusitana não estava posta em um primeiro momento, e a vinculava a outras questões essenciais para a compreensão daquele período como, por exemplo, constituição, nação e liberdade de expressão.

Esta separação historiográfica entre os dois movimentos ocorreu ainda muito recentemente o que pode ser considerado como um dos motivos para que a relação de ambas ainda se mantenha

<sup>1</sup> Fruto da tese *Deputados do Brasil nas Cortes Constituintes de 1821-1822 - Um estudo sobre o conceito de nação*, defendida na Universidade de São Paulo, em 1997.

<sup>2</sup> Publicada como livro em 2003, com o título *Corcundas, constitucionais: a cultura política da Independência do Brasil (1820-1822)*.

atualmente como se percebe, por exemplo, nos livros didáticos de História<sup>3</sup>. Por conta desse tipo de relação que parece ainda não ter sido superado, pelo menos fora dos muros acadêmicos, e pensando em como ela ainda é ressonante, analisarei aqui como os principais autores da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX trataram o movimento constitucional do Porto em sua relação com a Independência.

Com relação a este tema, segundo o historiador João Paulo Pimenta desde o século XIX até os dias atuais houve três grandes tendências historiográficas de explicação da emancipação política brasileira: 01-a insistência e considera-la um movimento anti-português; 02-a insistência em uma continuidade processual pautada por interesses mercantis; e 03-a ênfase de que ela condicionaria a construção de uma ordem conservadora (2008, p. 81-82).

Entendendo que sob esses três pontos de vista, pelo menos até os anos 1990, a Independência brasileira não fora compreendida como algo separado da Revolução do Porto, o objetivo do presente estudo é abordar a forma como a historiografia brasileira articulava esses dois momentos históricos distintos como se constituíssem um único evento político.

O argumento aqui proposto é de que até os anos 1990, a historiografia brasileira debruçou-se sobre a Revolução Liberal do Porto de 1820 sem o intuito de compreendê-la como um evento histórico relevante para a compreensão tanto da nova organização do Império Português, quanto para disseminação de ideais liberais em terras luso-brasileiras. A forma preponderante com que este evento foi tomado pelos historiadores e pesquisadores brasileiros foi a de um capítulo antecedente da Independência tomado essencialmente pelo prisma político com outros aspectos em geral sendo colocados em segundo plano.

### **A Revolução Liberal do Porto e a Independência durante o século XIX e início do século XX**

Nas primeiras décadas que se seguiram a emancipação política brasileira, formou-se entre os pesquisadores que se aventuraram a contar a história da nova nação sul americana uma ideia de que a Independência foi um caminho “natural” de amadurecimento das relações entre colônia e metrópole e cuja principal característica foi a de uma revolução conservadora em que o Brasil era visto como o herdeiro português da civilização europeia (PIMENTA, 2008, p. 73). É nesse contexto que a Revolução Liberal de 1820 passou a ser entendida principalmente a partir de seu viés recolonizador, sustentando a interpretação de que a emancipação brasileira ocorrera e/ou fora

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a manutenção da vinculação entre a Revolução do Porto e a Independência confira a dissertação *A Revolução liberal do Porto no Maranhão: historiografia e livro didático de História* (2020) de Lucas Gomes Carvalho Pinto.

precipitada pelas atitudes despóticas das Cortes de Lisboa.

Entre os principais representantes desse viés interpretativo, podemos citar John Armitage (1837), Francisco Adolfo de Varnhagen (1916)<sup>4</sup>, Manuel Oliveira Lima (1922)<sup>5</sup> e Tobias Monteiro (1927)<sup>6</sup>. Escrevendo em diferentes momentos e de diferentes lugares, todos eles dimensionavam a Revolução Liberal de 1820 como um antecedente explicativo da Independência.

Cronologicamente, o primeiro autor a escrever uma obra de destaque no campo historiográfico sobre a Independência foi John Armitage<sup>7</sup>. Tendo publicado sua *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*<sup>8</sup> no ano de 1837, Armitage compreendia a Independência como ruptura com o atraso e a busca pelo “progresso”. Segundo a pesquisadora Gladys Sabina Ribeiro (1997, p. 33-34), ao analisar a obra de Armitage, dois pontos importantes caracterizam seu discurso: o primeiro é o de que a identidade brasileira fora construída em oposição a portuguesa; o segundo, que o movimento vintista teria sido motivado pelo ciúme que Portugal sentia do Brasil, devido ao seu estado de abandono e pela elevação deste a categoria de Reino Unido.

Este último aspecto pode ser notado quando, após descrever a situação do Brasil no início do século XIX, o autor dedica um capítulo inteiro de sua obra ao movimento do Porto, vinculando-o à diminuição do comércio praticado por Portugal provocada pela Abertura dos Portos e também a influência dos governos que se organizavam constitucionalmente na Espanha e na Itália (ARMITAGE, 1837, p. 15).

A questão dos “ciúmes” também é utilizada por Armitage para explicar as práticas despóticas das Cortes, ao considerar que os mesmos portugueses que receberam com aplausos o “celebre manifesto” das Cortes de Lisboa olhavam os brasileiros com “inveja”, devido ao crescimento do comércio estrangeiro, que se estendia no Brasil ao mesmo tempo em que o comércio luso diminuía (ARMITAGE, 1837, p. 18-19). Assim, a situação comercial portuguesa desse momento devia-se “ao progresso que todas as outras nações faziam nas artes e na manufatura”, enquanto Portugal se mantinha inativo e estacionário. Contudo, os portugueses interpretavam isso

<sup>4</sup> Aqui é utilizada a edição de 2011.

<sup>5</sup> Aqui é utilizada a edição de 1989.

<sup>6</sup> Aqui é utilizada a edição de 1981.

<sup>7</sup> Nascido na Inglaterra, a 27 de setembro de 1807, John Armitage, foi empregado da casa de comércio de *Philipe, Wood e Cia*, chegando ao Brasil em 1828, transferido para a sucursal dessa firma no Rio de Janeiro. Testemunha privilegiada das transformações rápidas e profundas operadas no Primeiro Reinado, retornou ao seu país natal em 1835 e de lá partiu para a ilha do Ceilão, regressando posteriormente a Inglaterra em 1855 onde faleceu em 17 de abril de 1856 (GUIMARÃES, 2002c, p. 418).

<sup>8</sup> Originalmente, a obra fora publicada em Londres com o título *The History of Brazil, from the Period of the Arrival of the Braganza Family in 1808, to the Abdication of Dom Pedro the First in 1831. Compiled Forming a Continuation to Southey's History of that Country*, em 1836, em dois volumes (GUIMARÃES, 2002c, p. 418).

como consequência da liberdade de comércio conseguida pelo Brasil e almejavam reverter essa situação, restaurando o monopólio comercial e obrigando a família real a regressar. Prosseguindo, Armitage nos conta que foi durante as eleições para as Cortes que os deputados brasileiros perceberam que seus pares lusitanos intentavam “recolonizar” o Reino do Brasil (ARMITAGE, 1837, p. 18-20).

Gladys Sabina Ribeiro (1997, p. 35), em avaliação da obra de Armitage, afirma que para esse autor a Independência foi feita conscientemente pelos brasileiros, que aos poucos foram identificados em seus discursos como “liberais”, em oposição aos portugueses, “absolutistas”, sendo a separação precipitada pelas atitudes hostis das Cortes.

Para Armitage, portanto, a Revolução Liberal de 1820 interessava à sua narrativa, antes de tudo, como fator explicativo da Independência, analisada sob o âmbito de um estado nacional em construção. Ademais, chama atenção na escrita do autor a noção de “ciúmes” como fator explicativo do movimento vintista e das ações das Cortes. Tal ideia não é apenas característica da escrita de Armitage, mas também, como indica a pesquisadora Flávia Varella (2008, p. 124), do “plano historiográfico” em que o autor se encontrava, marcado pela “incorporação do vocabulário sentimental como possibilidade de interpretação da história”. Assim, se percebe na escrita de Armitage, o início da tendência de caracterizar a Independência como um movimento anti-lusitano e uma das primeiras pesquisas a abordar forte vinculação entre este evento e o movimento vintista como ações correlacionadas, articulação que se provaria tão longínqua.

Contudo, como observa Wilma Peres Costa (2005, p. 56-57), em análise da historiografia sobre a Independência, a despeito da importância da obra de Armitage, a primeira versão do que se pode chamar de *léxico da continuidade* que levou a separação do Brasil de Portugal surgiu em datas posteriores a do autor britânico. Sua maior expressão ocorreu em meados do século XIX por meio de uma ausência, uma vez que a obra considerada fundadora da historiografia nacional, a *História Geral do Brasil* (1854), de Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>9</sup>, encerra-se justamente antes da Independência. Este tema só veio a ser tratado pelo autor em obra publicada postumamente, a *História da Independência*, em 1916<sup>10</sup>, o que pode ser considerado como sintoma de certo

---

<sup>9</sup> Nascido em 17 de fevereiro de 1816 em Sorocaba, São Paulo, Francisco Adolfo de Varnhagen cresceu em Portugal onde cursou o Real Colégio Militar da Luz e a Academia da Marinha. Em 1840, viajou para o Rio de Janeiro onde foi eleito sócio correspondente do IHGB, conseguindo a partir de então desempenhar trabalhos de pesquisa financiados pelo governo brasileiro em Portugal e na Espanha. Regressando ao Brasil em 1851 ocupou o cargo de primeiro-secretário do IHGB, conquistando a simpatia de D. Pedro II. Ocupou cargos diplomáticos em nome do governo brasileiro em diversos países da Europa e da América do Sul. Faleceu em Viena em 26 de junho de 1878 (GUIMARÃES, 2002a, p. 285-286).

<sup>10</sup> No prefácio à edição de 1938, a comissão responsável pelo exame da obra sugere que tenha sido concluída em 1876.

desconforto da monarquia em fomentar interpretações oficiais sobre o processo de ruptura institucional (COSTA, 2005, p. 56-57).

Varnhagen escreveu sua obra no contexto das discussões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (COSTA, 2005, p. 57). Este órgão fora criado com o objetivo de “coligir, metodizar, arquivar e publicar” os documentos necessários para a escrita da história do Brasil e se notabilizou pela “opção deliberada da memória em detrimento da história”, o que implicaria dotar o país de um passado único e coerente. É neste sentido que seus fundadores se empenharam em construir uma memória nacional cujo fio condutor seria a ideia da continuidade e de que o Estado brasileiro, estabelecido em 1822, se constituía como legítimo herdeiro do Império português, legado que se sustentava pela presença do idioma luso e de um representante da casa de Bragança em solo americano (GUIMARÃES, 2002b, p. 380-381).

Essas posições foram essenciais para a perspectiva que Varnhagen tomou do Brasil independente percebendo-o como a vitória da civilização europeia sobre a barbárie autóctone, interpretação esta que, por sua vez, pode ser vislumbrada desde a obra de Robert Southey, *História do Brasil*, publicada originalmente em 1816. Nessa visão a Independência se inseria na “ordem natural dos acontecimentos [...]” onde alguns fatores, no entanto, apressaram esse devir natural, a saber: a vinda da família real e sua posterior retirada, os arbítrios injustos e despóticos das Cortes de Lisboa e o apoio dado ao herdeiro da coroa (COSTA, 2005, p. 58).

Assim, é possível afirmar que para Varnhagen, tal como para Armitage, a Revolução do Liberal de 1820 constituiu-se como um capítulo antecedente e explicativo para a Independência. É nesse sentido que, ao iniciar a obra *História da Independência*, remonta à situação da ex-metrópole portuguesa no ano de 1820 ressaltando a situação humilhante e vexatória que o reino lusitano vivia após o fim das invasões francesas, quando, mesmo em paz, encontrava-se acéfalo, sem a presença do monarca.

Ao encontrar na situação de Portugal à época em que a América Portuguesa fora sede do Império ultramarino lusitano a explicação para o levante do Porto, Varnhagen inicia longo relato, repleto de trechos de cartas de diplomatas da corte joanina, por meio dos quais tentava explicar o retorno de D. João VI, ressaltando a vontade do soberano de permanecer em terras americanas. A respeito, salienta que a decisão da corte joanina diante da demanda dos regeneradores portugueses que exigiam o retorno do monarca, de enviar o príncipe D. Pedro, desagradara os portugueses; já a posterior resolução do retorno do soberano gerou descontentamento naqueles que Varnhagen

identifica como integrantes do “partido brasileiro”<sup>11</sup>, agrupamento que também contava com alguns portugueses de nascimento.

Nesse sentido, sustenta que os grupos políticos do Rio de Janeiro, com a esperança de que essas resoluções não fossem definitivas, se esforçavam para que essa decisão fosse revogada, tendo em vista a vontade pessoal do rei: não partir (VARNHAGEN, 2011, p. 321).

Prosseguindo, Varnhagen caracteriza o que considera como medidas autoritárias das Cortes e a situação humilhante à qual “eles” queriam submeter o Brasil, destacando a tentativa de retorno de diversas instituições e do comércio à situação pré-1808. Ademais, apresenta um projeto de relações comerciais entre Portugal e Brasil oferecido pelos deputados portugueses, em que o comércio entre os dois reinos seria considerado como de províncias do mesmo continente, o que, na apreciação do autor, geraria grande desvantagem ao Brasil (VARNHAGEN, 2011, p. 349).

Contudo, cabe lembrar que após longa exposição sobre o retorno do rei a Portugal, Varnhagen trata das alternativas do Brasil diante de seu novo momento histórico, ressaltando que a separação já estava determinada desde a vinda da Corte, o que mais uma vez indica como a Revolução Liberal de 1820 era interpretada por esse autor como mero fator de precipitação da Independência.

A questão das alternativas do Brasil diante do novo quadro do Império luso-brasileiro, decorrente da ordem instituída a partir de 1820, é algo mais complexo que uma simples opção entre se separar de Portugal ou retornar ao estado de colônia, como deseja Varnhagen. O movimento vintista abrangeu outras variáveis minimizadas por esse raciocínio.

Dessa forma, é percebido em Varnhagen, em livro menos conhecido que a sua *magnum opus História Geral do Brasil*, a interpretação da Revolução Liberal de 1820, em parte influenciada por Armitage, como um evento que, marcado por práticas que caracteriza como despóticas, precipitou a Independência a partir de uma tentativa infrutífera de “recolonizar” o Brasil. Contrapondo-se ao que sustentara em sua *História Geral do Brasil*, em que destacou as continuidades entre colônia e império, ao abordar especificamente da Revolução Liberal de 1820, se incumbiu em reiterar seu caráter de ruptura, e de aceleração das distinções entre as partes americana e europeia do Império. Varnhagen, portanto não avançou em relação a Armitage no que tange a proposição de uma nova posição sobre a relação Revolução do Porto-Independência cristalizando a interpretação proposta

---

<sup>11</sup> Na época partidos políticos constituíam-se em formas de agrupamento em torno de um líder, ou por intermédio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidades, a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitar por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais etc.) entre seus participantes (MOREL, 2003, p. 32).

pelo autor britânico.

Outro autor de referência a tratar da Independência e do movimento constitucional do Porto fora o diplomata pernambucano Manuel de Oliveira Lima<sup>12</sup>, a quem devemos, segundo Wilma Peres Costa (2005, p. 68-69), o mais erudito tratamento dado ao tema desde Varnhagen. Tendo publicado sua obra *O movimento de Independência, 1821/1822* durante as comemorações do primeiro centenário da emancipação política brasileira, Oliveira Lima, influenciado por sua carreira diplomática e por seu monarquismo pessoal, afirmou que a presença da corte joanina instaurou verdadeiro Estado Soberano em terras americanas e que, edificada sobre essas bases, mas sem destruí-las, a Independência se realizou como um “desquite amigável”, ou seja, uma transformação política com conservação da ordem (COSTA, 2005, p. 68-69).

Em Oliveira Lima, a Revolução Liberal de 1820 também foi tratada como antecedente da Independência e, assim como para Varnhagen, significou apenas o estopim de um processo já iniciado, cujas causas e motivações remontavam mais ao estado econômico em que se encontrava Portugal do que a possível nova reorganização política, de cunho liberal, do Império português. Assim, o movimento do Porto foi apenas o motivo próximo da separação entre Portugal e Brasil, que por sua vez já contava com muitas causas mais antigas. Em relação as explicações desse movimento, argumentava que a sua eclosão ocorrera principalmente pela miséria do reino, que se refletia tanto no atraso do pagamento dos salários e dos soldos como no fechamento das fábricas e no abandono da agricultura; e a “dupla humilhação” representada pela tutela britânica no reino europeu e primazia brasileira no interior do Império (LIMA, 1989, p. 19-20).

Outro ponto em que Oliveira Lima retomava Varnhagen é a respeito da vontade do rei D. João VI em permanecer na porção americana de seu reino. Dessa forma, sustenta que o rei dava “mostras inequívocas” de não querer regressar ao reino lusitano, transformando o Brasil, “em direito, naquilo que de fato já o era”, a sede da monarquia lusa (LIMA, 1989, p. 20). Para embasar sua ideia, o autor afirma que o jornal *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*<sup>13</sup> “considerava-se assente que Dom João VI, nem queria voltar, nem repartir sua autoridade” (LIMA, 1989, p. 20).

---

<sup>12</sup> Manuel de Oliveira Lima nasceu na cidade do Recife em 25 de dezembro de 1867 e faleceu em Washington, em 1928. Cresceu e foi educado em Portugal, onde se formou na Faculdade de Letras em 1888. Ingressando posteriormente no serviço diplomático brasileiro, veio a ser nomeado para legação de Lisboa pelo governo republicano e servindo também em Berlim, Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Washington. Aposentou-se e radicou-se nessa última cidade onde lecionou na Universidade Católica (NEVES, 2008, p. 317-318).

<sup>13</sup> *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo* foi um periódico quinzenal e posteriormente mensal redigido por José Liberato Freire de Carvalho, entre julho de 1819 e junho de 1821, na cidade de Londres (TENGARRINHA, 2004, p. 1072-1073).

Oliveira Lima, em comparação a Varnhagen e Armitage, concede peso maior a ingerência britânica no reino português na explicação da Revolução Liberal de 1820, contando que esta não era disfarçada, encontrando-se bem visível na figura do pró-cônsul William Carr Beresford<sup>14</sup>, que desempenhava junto à regência portuguesa papel de “franco protetorado, semelhante ao que ocorria à época no Egito” (LIMA, 1989, p. 20).

Também como Varnhagen, Oliveira Lima sublinha o que considera como medidas despóticas das Cortes de Lisboa. De tal modo, declara peremptoriamente o desejo da assembleia liberal portuguesa em rebaixar o Reino Unido à anterior condição de metrópole e colônia, em um momento em que a Independência já era um “acontecimento inevitável”, atitude que justifica pelo fato de a igualdade então instituída entre Brasil e Portugal “ferir o sentimento geral do reino lusitano, que por três séculos representara o papel de metrópole” (LIMA, 1989, p. 19).

De acordo com Wilma Peres Costa (2005, p. 69-70), em análise da interpretação de Oliveira Lima sobre a Independência, este autor se distanciava de Varnhagen no que respeita o elogio generalizado à colonização ibérica, já que ressaltava a peculiaridade da civilização forjada na América lusa, caracterizada por uma tendência democrática, do ponto de vista social e racial, prefigurando-se nele argumentação posteriormente desenvolvida por seu conterrâneo, Gilberto Freyre.

A partir das premissas que sustentam a análise de Wilma Peres Costa sobre a obra de Oliveira Lima e do que aqui fora analisado de sua produção, depreende-se que o autor se alinhou a Varnhagen em sua abordagem sobre a Revolução Liberal de 1820 e sua relação com a Independência, não apresentando, portanto, nenhuma grande inovação em sua interpretação. Vale notar que a interpretação de Oliveira Lima se encaixa em duas das três principais tendências historiográficas sobre a Independência brasileira apontadas por Pimenta (2008, p. 81 e 82) como já ressaltado no início do texto: a sua caracterização anti-lusitana e o destaque de seu papel conservador.

Outro autor a tratar da Revolução Liberal de 1820, ainda inserindo como elemento explicativo da Independência, foi Tobias Monteiro<sup>15</sup>, na obra *A elaboração da Independência*,

---

<sup>14</sup> William Carr Beresford (1768-1854) foi um militar britânico que foi escolhido pelo governo desse país para comandar e reorganizar o exército português, ocupação em que fora muito questionado pelo conselho de Regência que governava o reino português na ausência de D. João. Com a Revolução Liberal de 1820 fora destituído de seu posto e regressou a Inglaterra, onde obteve o título de Visconde de Beresford (VAINFAS, 2008, p. 466-467).

<sup>15</sup> Tobias do Rego Monteiro (1866-1952) foi jornalista, secretário particular do presidente Campos Salles e senador da República. Sua carreira de historiador iniciou-se com pesquisa sobre a queda da monarquia brasileira e os primeiros anos do período republicano. Acabou por formar importante coleção de documentos produzidos ou acumulados por personalidades como D. Pedro II, visconde do Uruguai, marquês de Olinda, duque de Caxias e outros nomes de

publicada em 1927. Inspirado na obra de Varnhagen, o livro fora publicado como parte de uma coleção do autor dedicada a toda a história do Império (CARVALHO, 2007, p. 12-13).<sup>16</sup> Considerado por Costa (2005, p. 72) como produto tardio do conjunto de obras publicadas durante a efeméride da comemoração do centenário da Independência, a obra desenvolveu-se em uma tradição de análise minuciosa das fontes e “de construção elegante da narrativa”, que se tornaram “padrão historiográfico” a partir da obra de Oliveira Lima.

Diferente de Armitage, Varnhagen e Oliveira Lima, Tobias Monteiro não dedica um capítulo específico para tratar da Revolução Liberal de 1820 ou das atitudes das Cortes de Lisboa, inserindo sua explicação ao longo do livro. Assim, ao abordar a situação de Portugal antes desse evento, faz um recuo maior do que esses autores, retornando a invasão francesa de 1807 e evidenciando a submissão da nobreza lusitana ao invasor (MONTEIRO, 1981, p. 188). Nesse contexto, Monteiro lembra que a ocupação francesa ocorreu sem que fossem pactuadas quaisquer condições para evitá-la, prática já recorrente à época e reitera que as tropas britânicas, ao socorrerem Portugal, o fizeram como se estivessem em seu país natal, chegando a “rebaixar o exército luso a forças auxiliares” (MONTEIRO, 1981, p. 200).

Outra prova da fragilidade portuguesa teria sido a falta de compensação durante o Congresso de Viena, quando se viu obrigado a devolver a Guiana Francesa, depois de tê-la invadido em retaliação a ocupação francesa no reino europeu. Nem mesmo a cidade de Olivença, tomada pela Espanha durante a invasão deste país a Portugal em 1801, instigada pela França, Portugal conseguiu reaver (MONTEIRO, 1981, p. 203).

Já em relação a Revolução Liberal de 1820, o autor nos conta que às insatisfações provocadas pela tutela britânica somaram-se ao que definiu como “ideias novas que abalavam os tronos da Europa” que, em Portugal, encontraram terreno fértil, semeado pela incapacidade de seus governantes (MONTEIRO, 1981, p. 237). De acordo com Monteiro, a Revolução Liberal de 1820 tratou, antes de tudo, de explorar o descontentamento das tropas portuguesas com oito meses de soldo atrasado, influenciadas pelas ações dos revolucionários pernambucanos de 1817, que tinham elevado os soldos e feito “escandalosas promoções” de oficiais (MONTEIRO, 1981, p. 240). Em menos de um mês, a alta nobreza portuguesa aderiu a junta revolucionária do país, impedindo Beresford de desembarcar na capital, quando voltava do Rio de Janeiro para onde fora informar o

---

destaque no cenário político da época (MEREGE, 2007, p. 7).

<sup>16</sup> Na orelha do livro, consta a informação de que o autor se utilizou de documentos preservados na Biblioteca Nacional e em arquivos portugueses e austríacos, aos quais teve acesso quando esteve na Europa como membro da comitiva do presidente Campos Salles, e como representante do *Jornal do Comércio* (MONTEIRO, 1981).

monarca da situação do reino (MONTEIRO, 1981, p. 241).

Ao avaliar as causas da Revolução Liberal de 1820, Monteiro analisa alguns documentos de época, como a carta enviada a D. João VI pelo governo constituído no Porto, que descrevia os males vivenciados pelo país, cujo maior era a ausência do monarca (MONTEIRO, 1981, p. 242). Já ao tratar das ações das Cortes de Lisboa, o autor nos mostra que “a tudo elas ousavam arrogando-se a autoridade suprema” o que fez que surgissem manifestações no Rio de Janeiro a favor da permanência do soberano (MONTEIRO, 1981, p. 313).

Assim como Varnhagen e Oliveira Lima, Monteiro também reitera o desejo de permanência em solo brasileiro de D. João VI e salienta que somente a massa geral dos brasileiros e os “portugueses com interesses reais no Brasil” interpretavam com sobressalto o regresso do rei, uma vez que receavam o rebaixamento da categoria de reino (MONTEIRO, 1981, p. 319). Assim, interpreta as medidas das Cortes como responsáveis indiretamente por unir os grupos radicados na América Portuguesa ligados ao regente Pedro. Essas medidas em relação ao Brasil consistiam, entre outras, em legitimar os governos estabelecidos ou a se estabelecer nos Estados portugueses de além-mar, desde que incorporassem a causa da regeneração portuguesa (MONTEIRO, 1981, p. 375). Tal atitude era percebida pelo autor como “o incitamento oficial do espírito revolucionário e das ambições regionais” e, principalmente, incentivo aos oficiais para desobedecerem aos chefes que não aderissem à revolta. Diante desse quadro exposto por Monteiro, a Revolução Liberal do Porto de 1820 mais uma vez é tomada como um fator precipitador da Independência, evento esse por ele tratado também pelo seu viés conservador.

Evidentemente, os projetos de nação, característicos da primeira metade do século XX, imprimiram suas marcas sobre o passado colonial, revisitado especialmente no âmbito do centenário da Independência, como podemos apreender nas obras de Monteiro e Oliveira Lima. Quanto ao conjunto das obras até aqui arroladas, a Revolução Liberal de 1820 ganha corpo como fator explicativo para a Independência, a ela indissociado. Para esses autores e para o contexto e lugar em que estavam inseridos, não parecia propício vincular o movimento do Porto e as ações das Cortes a outros eventos e causas que não a de ação motivadora da emancipação política.

### **A partir dos anos 1930, novas questões sobre a Independência do Brasil (mas não sobre a Revolução Liberal do Porto)**

Ao longo do século XX, à “inevitabilidade” e “naturalidade” na forma pela qual se deu a Independência agregou-se variado conjunto de combinações e apropriações na explicação sobre nossa emancipação política, a saber: revolução ou não, continuidade ou ruptura, desenvolvimento

ou dependência, conservadorismo ou liberalismo etc. (RIBEIRO, 1997, p. 23). É nesse sentido que na década de 1930 ocorreu a primeira grande renovação historiográfica no que diz respeito aos estudos sobre a Independência no Brasil, e que se mostraria verdadeiramente influente até a atualidade, tributária, sobretudo, da produção de intelectuais brasileiros (PIMENTA, 2008, p. 75). Nesse cenário, destaca-se os trabalhos de Caio Prado Jr.<sup>17</sup>, notadamente duas obras: *Evolução Política do Brasil*, de 1933; e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942.

O historiador João Paulo Pimenta (2008), em avaliação da produção acadêmica sobre a Independência e o liberalismo português, considera que a inovação representada pela interpretação de Caio Prado Jr. ocorreu, pois, influenciado por uma ótica marxista de luta de classes, avalia a Independência como revolução que opôs os interesses “portugueses” e “brasileiros”, desdobrados até, aproximadamente, 1850, quando os últimos teriam se consolidado, “com a rejeição partilhada pelas classes dominantes das forças populares que durante o Período Regencial (1831-1840) teriam ameaçado a ordem e estabilidade interna” (PIMENTA, 2008, p.75); ademais, categorizou a herança lusa como nefasta. Assim, a Independência seria, no seu conjunto, uma “revolução conservadora”.

A autora Wilma Peres da Costa concorda com essa avaliação da obra de Caio Prado Jr., e reitera que a grande novidade de sua interpretação foi demonstrar que a nação não estava “pré-configurada na colônia”, estabelecendo a ideia de oposição entre colônia e nação com uma nitidez jamais apresentada, evitando impor uma linearidade nesse processo e enfatizando a Independência como construção política (COSTA, 2005, p. 78-79). Em sua acepção Prado Jr. enfatizou a ideia de continuidade entre a colônia e o Brasil Independente, ao mostrar que a “sociedade colonial não gerou um pensamento transformador de uma ação política orgânica” ao demonstrar que a colônia não podia gerar a nação; tampouco a Independência poderia ser considerada sua fundadora (COSTA, 2005, p. 79-81).

Em relação à Revolução Liberal de 1820, Caio Prado Jr. apresenta grande inovação, em comparação a seus antecessores, ao conceder peso muito maior às relações de ordem econômica como causas do movimento, interpretando-o como resposta das elites portuguesas ao fim do monopólio comercial do Brasil.

Para Prado Jr., a Revolução Liberal de 1820, além de associada ao que denomina como “inversão de papéis vividos pelas ex-colônia e ex-metrópole”, também está relacionada a causas

---

<sup>17</sup> Caio Prado Jr. (1907-1990) foi um acadêmico pluridisciplinar: historiador, economista, geógrafo, filósofo. Entre suas principais obras na área de História destacam-se *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A revolução brasileira* (1966). Escreveu ainda várias obras filosóficas, ligadas a teoria marxista, mas que repercutiram pouco (REIS, 2006, p. 173-174).

internas do reino português, dirigindo-se, sobretudo, ao absolutismo monárquico e a elementos sociais, políticos e administrativos, comumente subordinados a uma dimensão econômica. Dessa forma, avalia que as ações dos regeneradores vintistas representaram uma resposta a política econômica adotada por D. João VI na América, que categoriza como “a supressão de um secular parasitismo colonial a que Portugal se acostumara e em que fundava, pode-se dizer, a sua economia” (PRADO JR., 1999, p. 48).

Ao tratar das consequências do movimento do Porto no Brasil, ressalta os diversos grupos sociais por ele atingidos, caracterizados por uma “heterogeneidade de interesses e reivindicações que manifestavam uma feição complexa e contraditória” (PRADO JR., 1999, p. 50). Entre esses grupos, encontravam-se aqueles que o autor classificou como: “forças reacionárias”, cuja principal característica era interpretar o movimento vintista como forma de trazer o Brasil de volta a sua antiga condição de colônia; “classes superiores” do então Reino do Brasil, que ansiaram, por meio da revolução e do posterior estabelecimento do regime constitucional, “as vantagens, liberdades e autonomia adquiridas pelo Brasil nos anteriores anos de governo quase próprio”; e as camadas populares, ou, “classes oprimidas da população brasileira”, que interpretavam a constituição a ser elaborada pelas Cortes como forma de libertação econômica e social.

Isto posto, depreende-se que Caio Prado Jr. inaugura no Brasil uma percepção do movimento do Porto como evento muito mais econômico do que político diferenciando-se assim das posições de Armitage, Varnhagen, Oliveira Lima e Monteiro sobre esse tema, mas ainda mantendo a associação entre Revolução do Porto e Independência. Sem desconsiderar totalmente o fator político, o autor atrela o vintismo às atitudes tomadas pela Corte instalada no Rio de Janeiro no que respeita a economia e, principalmente, a situação financeira do reino lusitano.

Assim, o autor elabora uma linha de raciocínio a partir do pressuposto de que a Revolução Liberal de 1820 se concretizaria mesmo sem a transferência da família real, já que sua principal preocupação não se direcionava ao poder do monarca, seja ele exercido na Europa ou na América, mas sim a razões econômicas. Nesse sentido, a questão política parece ter sido agregada aos anseios vintistas somente devido à ausência prolongada da Corte. É de se notar também que, talvez devido a sua leitura marxista da história, Prado Jr. se destaca dos outros autores aqui elencados por ser o primeiro a considerar a posição das camadas populares diante desse evento.

Noutro momento, marcado pela ditadura militar e pela resistência a ela, José Honório Rodrigues elaborou nova interpretação da Independência, na obra *Independência: revolução e contra-revolução*, de 1975, apreendendo-a como uma “revolução, verdadeira guerra de libertação

nacional, popular e nacionalista, sem qualquer feição conservadora” e comparável ao que ocorrera na América Hispânica. Nesta versão, D. Pedro e a monarquia exerceram papel coadjuvante, sendo meros acessórios de instituições que se apresentavam como representativas e democráticas, tais como o parlamento e as forças armadas (PIMENTA, 2008, p. 76).

Inserido na efeméride do sesquicentenário da independência (1972), a grande evidência que esse tema tomou nesse momento parece ter influenciado a escrita de Rodrigues ao apresentar interpretação “nacionalista e jacobina” da Independência, que ressaltava mais as suas rupturas, em que a emancipação política era fruto de “sentimento nacional preexistente”, construído ao longo dos três séculos de domínio colonial, contrapostos principalmente pela ação popular e não pelo protagonismo de D. Pedro (COSTA, 2005, p. 86).

É nesse panorama de uma Independência popular e nacional que Rodrigues passa a analisar a Revolução Liberal de 1820, movimento que não considera como revolução, pois a concebe como ação majoritariamente elitista, liderada por uma classe social específica, a burguesia portuguesa, e cujo objetivo principal era o retorno ao antigo *status* das relações comerciais Portugal-Brasil. Dessa forma, a rebelião iniciada no Porto é interpretada como “um golpe da burguesia portuguesa, promovido pelos negociantes, fomentado pela Maçonaria e pelas ideias liberais” (RODRIGUES, 1975, p. 69). Muito influenciado pela ótica de Prado Jr., Rodrigues alinha-se à ideia do descontentamento das classes médias lusitanas, em especial a dos comerciantes, em relação à nova política econômica implementada por D. João VI a partir do Rio de Janeiro, que provocou a perda do controle do comércio brasileiro, e da insatisfação das forças armadas com a situação portuguesa pós-1808 (RODRIGUES, 1975, p. 69).

Outro ponto que Rodrigues destaca na análise da Revolução Liberal de 1820 é a questão da participação militar, que interpreta como menos relevante que a participação da burguesia. O seu argumento nesse ponto é que os militares formavam a minoria dos participantes do Sinédrio, a sociedade secreta de cunho maçônico que arquitetou o movimento. Dessa forma, o levante do Porto foi iniciado e conduzido por representantes da burguesia, tanto é que foi concebido na cidade do Porto, grande centro de atividade comercial (RODRIGUES, 1975, p. 70).

Prosseguindo sua análise, José Honório Rodrigues entende haver entre os regeneradores vintistas unanimidade quanto a conservação da Independência do Reino de Portugal, que começou a ser ameaçada com uma possível união ou submissão a Espanha. As divergências no movimento, continua, começaram “quando se falou em regenerar a pátria, reorganizar o Estado, conservar ou inovar as instituições” (RODRIGUES, 1975, p. 74).

Tendo em vista que Rodrigues abordava a Independência como guerra revolucionária de conotação nacionalista, não parece estranho a forma como avalia o movimento do Porto, ou seja, como movimento nitidamente burguês, liberal do ponto de vista político, e de viés recolonizador. Quanto as potenciais contradições do movimento, que fazia conviver preceitos liberais, escravidão e colonialismo, concordava com a ideia do autor português Fernando Piteira dos Santos<sup>18</sup>, de que não havia contradição quanto aos objetivos da burguesia comercial que compunha o movimento: “dominar o Brasil como mercado, dele fazer uma extensão do mercado nacional” (SANTOS, 1962, p. 38 *apud* RODRIGUES, 1975, p. 73).

Rodrigues também avaliava a Revolução Liberal de 1820 como sendo em essência um movimento antibrasileiro, que em sua tentativa de subjugar a antiga colônia terminou por provocar o nascimento do sentimento nacional no Brasil e foi o estopim da guerra de Independência. É diante dessa abordagem que sustenta a ideia do movimento como “uma explosão de ressentimento, de orgulho ferido”, em que as Cortes apresentavam um liberalismo que almejava conviver com a escravidão colonial, ao mesmo tempo em que compreendia um “sentimento contra a ex-colônia”. Para o autor, tudo o que as Cortes conseguiram foi fortalecer, no Brasil, “sua consciência, seu sentimento nacional, sua unidade, sua indivisibilidade” (RODRIGUES, 1975, p. 137-138).

Diante disso, entende-se que Rodrigues, fundamentado na perspectiva de Prado Jr., reforça a interpretação de que o movimento do Porto é indissociável da Independência, pois teria representado seu estopim. Entendendo a emancipação política do Brasil como luta entre classes sociais brasileiras e portuguesas, Rodrigues enxerga no movimento vintista uma reação da burguesia lusitana que, preocupada em reaver sua antiga posição no mercado luso-brasileiro, iniciou um movimento de viés totalmente recolonizador. Depreende-se, portanto, que Rodrigues não vislumbra no vintismo nenhuma relação com outros aspectos para além das causas econômicas que explicariam a Independência.

Também na década de 1970, é possível identificar um movimento de profissionalização da pesquisa histórica no Brasil, e talvez a principal inovação dessa época para o tema da Independência, seja o consenso de que este evento se inseriu em um “panorama mundial de transformações políticas”, passando a ser vista como indissociável do contexto geral português (PIMENTA, 2008, p. 77). Uma das principais interpretações sobre a Independência que surgiu

---

<sup>18</sup> O Centro de Documentação 25 de abril, da Universidade de Coimbra, informa que Fernando Piteira Santos (1918-1992) foi jornalista, político, historiador e professor universitário português. Licenciou-se em História e Filosofia na Universidade Clássica de Lisboa, local onde atuou como professor entre 1974 e 1988. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Jopiteirasantos>> Acesso: 20/03/2019.

nesse contexto foi a de Emília Viotti da Costa presente no texto *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*, publicado originalmente na obra *Brasil em Perspectiva*, organizado por Carlos Guilherme Mota, em 1976<sup>19</sup>.

Em seu texto, Viotti da Costa chama atenção para os efeitos de duas crises na explicação da Independência: a crise do antigo sistema colonial e a crise do absolutismo. A primeira influenciou a separação política das colônias americanas por que a expansão dos mercados e o desenvolvimento crescente do capital industrial se tornou incompatível com os mecanismos restritivos de comércio e de produção característicos desse sistema; já a decadência do Antigo Regime foi relevante pois forneceu a população das colônias argumentos teóricos para justificar sua rebeldia (COSTA, 1999, p. 19; 22).

Para além desses motivos, Viotti da Costa também destaca as medidas tomadas por D. João em relação à América Portuguesa, tais como a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido e a Abertura dos Portos as nações amigas. A autora sublinha este último pois apesar da crise econômica vivenciada por Portugal se dever mais à concorrência inglesa no setor das manufaturas e da produção agrária, os portugueses interpretavam esse quadro econômico como consequência da permanência da Corte em solo brasileiro e da autonomia concedida pelo monarca a agora ex-colônia. Esse entendimento teria feito os lusitanos almejavem o retorno do rei, medida que provocaria “a anulação das regalias concedidas ao Brasil e o restabelecimento do Pacto Colonial rompido” (COSTA, 1999, p. 39).

Emília Viotti da Costa traz importante contribuição para o entendimento da Revolução Liberal de 1820 e suas consequências a partir do momento em que apresenta as diversas percepções dos contemporâneos desse evento. De sua análise, depreende-se que, pelo menos em seus primeiros momentos, o movimento do Porto foi entendido como fator desencadeador de novas possibilidades para o Reino do Brasil: seja o retorno à antiga ordem, abolida com a transferência da Corte, ou, no caso dos comerciantes e dos fazendeiros, uma possibilidade de consolidar sua nova posição.

Contudo, assim como seus predecessores, a autora também considerava aspectos recolonizadores nas ações tomadas pelos revolucionários do Porto em relação ao Brasil, ressaltando que o movimento, embora realizado em nome dos princípios liberais, “assumiria, no entanto, em Portugal, um sentido antiliberal, na medida em que um de seus principais objetivos era destruir as concessões liberais feitas por D. João VI ao Brasil” (COSTA, 1999, p. 42-43). Dessa forma, dá continuidade aos seus predecessores ao considerar as medidas tomadas pelas Cortes em relação ao

---

<sup>19</sup> Posteriormente, o texto foi publicado como primeiro capítulo da obra *Da monarquia à república: momentos decisivos* (COSTA, 1999). A versão aqui utilizada é a 6ª edição, publicada pela Fundação Editora da UNESP, em 1999.

Brasil como autoritárias, destacando as intenções do parlamento em “restringir a autonomia administrativa da colônia, limitar a liberdade de comércio, restabelecer monopólios e privilégios que os portugueses haviam usufruído anteriormente à transferência da Corte portuguesa para o Brasil” (COSTA, 1999, p. 45).

Isso posto, apresenta-se em Emília Viotti da Costa um distanciamento em relação àquilo que pode ser categorizado como uma historiografia mais tradicional sobre a Revolução Liberal de 1820 no Brasil, formado por nomes como Varnhagen, Oliveira Lima, Armitage e Monteiro, ainda que alguns dos elementos dessas interpretações tenham influenciado sua narrativa, especialmente no que respeita as ações das Cortes em relação ao Brasil; mais perceptível, contudo, é o alinhamento a uma historiografia de inspiração marxista, principalmente por intermédio dos trabalhos de Caio Prado Jr. Tal vinculação transparece, especialmente, na articulação que estabelece entre o contexto em que ocorreu a Revolução Liberal de 1820 e a Independência e um quadro mais amplo em que o mundo luso-brasileiro estava inserido: a crise do sistema colonial tradicional e a crise do sistema absolutista de governo.

Outra direção interpretativa importante sobre a Independência, contemporânea de Emília Viotti da Costa, também marcada pelo momento de profissionalização acadêmica, é apresentada no texto *A interiorização da metrópole*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, publicado originalmente como capítulo do livro *1822: dimensões* (1972), organizado por Carlos Guilherme Mota. João Paulo Pimenta (2008, p. 79-80), em avaliação da historiografia da Independência, considera que Dias, nesse texto, interpretou de forma diferente o enfoque dado às pressões externas e ao quadro mundial na narrativa da Independência. Pensando muito mais em 1808 que em 1822: “rejeita a ideia da existência de uma transformação revolucionária em um movimento que era, essencialmente, conservador”, pois, ainda segundo Pimenta, entendia que a “sociedade brasileira” do final do século XVIII “não possuía outra alternativa senão se transformar em metrópole a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social”.

É nesse sentido que Wilma Peres Costa (2005, p. 96-97) entende que Dias reputou a Independência como continuidade conservadora, caracterizada pela “lenta e persistente elaboração de um campo de interesses comum entre as elites lusas e as da América Portuguesa desde o século XVIII”.

Nesta inovadora interpretação da Independência, Dias também atualiza a percepção da Revolução Liberal de 1820, avaliando-a como consumação formal da Independência, realizada anteriormente pelo processo de interiorização da metrópole. Dessa forma, se distancia dos outros

autores aqui elencados, e em especial de Caio Prado Jr. e Emília Viotti da Costa, ao demonstrar que inserir a nossa separação política no quadro das pressões do cenário internacional gerou o inconveniente de interpretá-la como luta da colônia contra a metrópole, ação que secundariza o elemento qualificado por Dias como o mais importante para esse evento: o “enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no Centro-sul da Colônia”. Nesse cenário, “a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal”, que por sua vez, encontram-se traduzidas no programa dos revolucionários do Porto, no que respeita a identificação do início do processo de separação na vinda da Corte, em 1808 (DIAS, 1986, p. 165).

É de se ressaltar, porém, que o ineditismo da interpretação de Dias retoma um argumento elaborado por Armitage e utilizado por parte dos autores aqui citados: a questão do ciúme que parte dos portugueses nutria em relação ao novo estado das coisas no Brasil.

Outro argumento reutilizado pela autora é a associação entre a situação em que Portugal se encontrava pós-invasão francesa – recuo de corte cronológico semelhante ao apresentado por Tobias Monteiro – marcada pela: repressão violenta a qualquer mudança gerada no país por influência das ideias francesas e o temor de agitações jacobinas; devastação e miséria provocadas pela guerra; carência de gêneros alimentícios; desorganização da produção de vinho; e paralisação dos portos fechados por Junot. A esse quadro, soma o Tratado de 1810, que teria retirado toda a “esperança da nobreza em reviver o antigo comércio intermediário de produtos coloniais o que também prejudicava o industrialismo incipiente [do Reino]” (DIAS, 1986, p. 166).

Na leitura que Dias realiza sobre o movimento do Porto, transparece a cisão dos interesses dos portugueses do reino e dos portugueses interiorizados da ex-colônia, tendo em vista que as inquietações internas do processo de “reconstrução e modernização do reino português” passaram a definir cada vez mais uma ruptura entre os interesses metropolitanos e dos portugueses no Brasil, dado que a Corte instalada na América, dedicada ao mesmo tempo a consolidação de um império no Brasil e a servir de baluarte do absolutismo, não conseguiu avançar “as reformas moderadas de liberalização e reconstrução que se propôs executar no Reino” (DIAS, 1986, p. 169).

Assim, Maria Odila Leite da Silva Dias analisa a emancipação política brasileira como evento de consequências conservadoras, em que a transferência da Corte ameniza o caráter revolucionário da Independência devido ao enraizamento de interesses de um grupo luso-brasileiro em formação. Tal interpretação torna-se ainda mais relevante levando em consideração que a autora publicou seu texto como componente da já citada coletânea *1822: Dimensões*, obra cuja maior parte

dos capítulos apresenta interpretações, por razões variadas, diametralmente opostas à sua.

Por este ângulo, a autora interpreta a Revolução Liberal de 1820 como mero ato político, resultado das fissuras dos interesses dos portugueses da Europa e que não representou nada mais que a escusa de uma separação já materializada pela transferência da Corte. Desse modo, pode-se concluir que Dias se apresenta no espectro contrário em relação à análise de Prado Jr., Rodrigues e Viotti da Costa, ao sublinhar, acima de tudo, os aspectos políticos do movimento.

### Considerações Finais

A historiografia da Independência e da Revolução do Porto prosseguiu após a obra de Maria Odila com destaque para estudos como *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica* (1984) de autoria de Florestan Fernandes que a partir da ótica marxista analisava o processo emancipatório brasileiro como mais um passo no caminho da revolução burguesa no Brasil; e a tese *A construção da ordem: a elite política imperial* (1980) de José Murilo de Carvalho, que demonstrou a importância do tipo de elite política gerado pela política colonial portuguesa para a configuração da Independência brasileira (PIMENTA, 2008, p. 80 a 82).

Outros trabalhos relevantes que surgiram nesse período foi *O tempo saquarema* (1985) de Ilmar Rohloff de Matos que demonstrava que os agentes políticos que o construíram o Estado Nacional brasileiro surgiram dos conflitos de interesses presentes na província do Rio de Janeiro; e a obra *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII* (1985-86) de Luís Felipe de Alencastro que ligava aos interesses do tráfico negreiro do emergente Estado brasileiro em oposição ao controle metropolitano (COSTA, 2005, p. 104 e 105).

Dessa forma, em relação a Revolução do Porto, perante os autores analisados com maior atenção nesse artigo, podemos dizer que a historiografia brasileira prioriza os elementos políticos do debate nas Cortes associados, de algum modo, a “questão da Independência”, não levando em consideração em nenhum momento, pelos menos entre os autores aqui citados, os outros significados que ela possuiu dentro do Império ultramarino português. Assim, foi observado que desde o século XIX, tempo das primeiras elaborações sobre esse movimento entre os historiadores, profissionais ou não, que se aventuraram na escrita da história do Brasil, até a década de 1990 do século XX, o movimento constitucional do Porto teve sua relevância limitada à forma como fora articulada à Independência, com pouca atenção à dinâmica do movimento e a diversidade de questões que suscitara.

De modo geral, a Revolução Liberal de 1820 foi tomada por esses autores como fator

explicativo da Independência da América Lusitana, como se houvesse uma relação de causa e efeito entre esses dois eventos que inibisse a necessidade de compreendê-la como questão que comporta problemas específicos, não determinados por um porvir. Na década de 1990, por seu turno, a historiografia brasileira passou a tomá-la como evento mais articulado à expansão dos ideais liberais no contexto luso-brasileiro promovendo então uma separação analítica dos dois eventos.

## Referências

ARMITAGE, João. **História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: Biblioteca Nacional (Brasil). **Arquivo Tobias Monteiro: inventário analítico**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007, p. 9-16.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Introdução da emancipação política. In: MOTA, Carlos G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1978.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 53-118.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1986, p. 160-184.

GUIMARÃES, Lúcia. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002a, p. 285-286.

\_\_\_\_\_. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002b, p. 380-382.

\_\_\_\_\_. John Armitage. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002c, p. 418-419.

\_\_\_\_\_. **O Movimento da Independência: 1821-1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MEREGE, Ana Lúcia. Apresentação. In: Biblioteca Nacional (Brasil). **Arquivo Tobias Monteiro: inventário analítico**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007, p. 7-8.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da Independência**. Belo Horizonte: Ed.

Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NEVES, Guilherme Pereira das. Manuel de Oliveira Lima. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 317-322.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista Digital de História Iberoamericana**, v. 1. n. 1, 2008, p. 70-105.

PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **A Revolução liberal do Porto no Maranhão: historiografia e livro didático de História**. Dissertação (Mestrado em História), São Luís: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2020.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, Gráfica Urupês S. A., 1961.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1997. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 1997.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975, 1º vol.

TENGARRINHA, José. Os Comerciantes e a Imprensa Portuguesa da Primeira Emigração. In: SILVA, Francisco Ribeiro da (Org.). **Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 1069-1084.

VAINFAS, Ronaldo. William Carr Beresford. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 466-467.

VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. **Almanack brasiliense**, n. 8, 2008, p. 117-126.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. (1916) História da Independência do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil**. Centro de documentação do pensamento brasileiro –CDPB, 2011, p. 258-365.

\_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Laemmerr, 1854. 1º vol.

*Recebido em: 07 de agosto de 2021.*

*Aprovado em: 17 de setembro de 2021.*